



5112 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019)
GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

Juventudes em biopolíticas contemporâneas
Carin Klein - ULBRA - Universidade Luterana do Brasil
Juliana Ribeiro de Vargas - ULBRA - Universidade Luterana do Brasil

Juventudes em biopolíticas contemporâneas

Resumo

O trabalho problematiza artefatos produzidos no âmbito das áreas da educação e(m) saúde, na medida em que circunscrevem conhecimentos e práticas provenientes de políticas públicas e ações programáticas mais amplas, compreendendo-os como elementos centrais na organização das sociedades contemporâneas e como constituidoras de gênero e sexualidade. É a partir das vertentes teóricas dos Estudos Culturais e de Gênero, que se articulam com a teorização foucaultiana que nos propomos a analisar as campanhas de divulgação da vacinação 2017 e 2018, voltadas ao público jovem, para a prevenção do HPV e Meningite C. O exame indica que as políticas públicas de educação e(m) saúde instituem formas lineares e binárias de interpretar o mundo e de posicionar os sujeitos contemporâneos, normalizando determinados comportamentos e práticas como mais saudáveis. Desse modo, não basta colocar os/as jovens como protagonistas em cenários de luta, tal como nos *games* e nas séries de televisão, mas discutirmos a constituição da vida "real" e de suas relações, levando em conta as tensões, resistências e multiplicidades daquilo que tem escapado das ações de educação e(m) saúde.

Palavras-chave: juventude; políticas de educação e(m) saúde; gênero e sexualidade.

Este trabalho parte do nosso interesse pelo exame de políticas públicas de educação e(m) saúde, compreendendo-as enquanto instâncias pedagógicas que delineiam a formação de públicos-alvo, configuram conceitos como família, infância e juventude, além de investirem na construção de comportamentos "saudáveis" que passam a regular e conformar as nossas formas de viver. Nesse sentido, nosso propósito está em problematizar artefatos produzidos no âmbito das áreas da educação e(m) saúde, na medida em que circunscrevem conhecimentos e práticas provenientes de políticas públicas e ações programáticas mais amplas, compreendendo-os como elementos centrais na organização das sociedades contemporâneas e como constituidoras de gênero e sexualidade (KLEIN, 2010; MEYER, 2014).

O material empírico selecionado para a realização das análises se constitui a partir das campanhas publicitárias veiculadas pelo Ministério da Saúde (MS), nos anos de 2017 e 2018, intituladas *Vacinação contra HPV e Meningite C 2017 - É nessa fase que você fica mais forte!*^[1] e *Campanha de vacinação contra HPV e Meningite C.*^[2] As referidas campanhas, direcionadas especificamente aos jovens, podem ser acessadas por meio das redes sociais e no site do MS no link "campanhas vigentes".^[3]

Pode-se dizer que tais campanhas possuem forte vinculação com o que é divulgado e ensinado por meio das cadernetas de saúde do/a adolescente, bem como das ações realizadas nas escolas públicas e nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), através do Programa Saúde na Escola (PSE). O PSE foi instituído em 2007, assumindo um caráter intersetorial que articula e promove ações de saúde e educação integral para os/as estudantes das redes públicas de ensino, responsabilizando professores/as e profissionais da saúde a cumprirem, de forma conjunta, os objetivos propostos (BRASIL, 2007).

A fim de interpelar os/as jovens, a campanha de 2017 fazia referência à chamada "Geração Z ligada na saúde" contra a Meningite C e HPV. Como anunciado, os/as jovens fazem parte do mundo dos *bits*^[4] e na "vida real" necessitam enfrentar "novas fases e desafios, sendo a vacinação a principal delas!".^[5] Em 2018, no intuito de ampliar a cobertura vacinal dos/as adolescentes entre 9 e 14 anos, o MS atualiza sua campanha publicitária, vinculando-a às séries de televisão, populares entre os/as jovens contemporâneos.^[6] Cabe destacar que o trabalho que propomos não tem a intenção de avaliar as campanhas de educação e(m) saúde. O que pretendemos, a partir das análises, é evidenciar o quanto as campanhas, as leis e as políticas de educação e(m) saúde atuam na produção de um contexto discursivo, que educa e produz sentidos específicos sobre como os/as jovens devem ser e viver.

É a partir das vertentes teóricas dos Estudos Culturais e dos Estudos de Gênero, que se articulam com a teorização foucaultiana que nos propomos a analisar as campanhas anteriormente citadas. Conforme já anunciamos, a produção de campanhas de saúde desdobra-se de políticas públicas de educação e(m) saúde mais amplas, como é caso dos anúncios publicitários examinados. Vale dizer que a construção das políticas de inclusão social direcionadas à juventude tem evidenciado a importância de levar em conta as suas singularidades e peculiaridades para a implantação e implementação de políticas de juventude no Brasil (BRASIL, 2006). No entanto, o exame das políticas públicas de inclusão social (KLEIN, 2010; SILVEIRA, MEYER e SILVA, 2018) tem nos mostrado fundamentarem-se, sobretudo, a partir de pressuposta essência e universalidade; colocando em uma suposta natureza dos/as sujeitos/as, justificativas para representá-los/as (seus corpos, posições de sujeitos/as e identidades) como frágeis, vulneráveis, violentos/as, despreocupados/as com o futuro e/ou (ir)responsáveis.

De modo semelhante a outras autoras (FISCHER, 2001; SCHWENGBER, 2006), articulamos pressupostos da análise do discurso, a partir de Foucault (1996), como ferramentas metodológicas para as análises realizadas. Os discursos, para o referido autor, são históricos, são “[...] fragmentos de história, unidade e descontinuidade da própria história” (FOUCAULT, 1996, p.143). Em consonância com a essa proposição, depreendemos os discursos como práticas organizadoras da realidade, a qual se difere em diferentes tempos e grupos sociais.

Juventudes em biopolíticas contemporâneas

A juventude pode ser pensada a partir de movimentos antagônicos, de um lado tem operado como uma categoria universal, na conquista e na demarcação de direitos sociais específicos, assim como na produção de diretrizes e políticas públicas, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto da Juventude. Nesse sentido, podemos pensar que os termos adolescência e juventude, ligados a um período da vida e do desenvolvimento humano, possam funcionar como uma espécie de “encaixe” a fim de explicitar a necessidade e/ou a incorporação de determinadas características, atitudes sentimentos, transformações corporais, como se estas fossem inerentes ao/à sujeito/a jovem, dando pouco (ou nenhum) lugar para a reflexão sobre como as instituições e os diferentes campos discursivos incidem sobre a produção de uma juventude “transgressora”, “ideal” ou “saudável”, por exemplo. Por outro lado, podemos compreendê-la como marcada e atravessada por dinâmicas culturais, econômicas e políticas, ou seja, às dimensões ligadas à produção simbólica e constitutiva que a dotam de sentidos. Corroboramos Juarez Dayrell, Levindo Carvalho e Saulo Geber (2012), ao pensar a juventude como uma categoria dinâmica, atravessada pelas mudanças e transformações que ocorrem ao longo da história nas diversas sociedades. Assim, compartilhamos a compreensão de que uma categoria é marcada pela diversidade.

[...] uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. (DAYRELL, 2003, p. 42).

Ao assumirmos o pressuposto de que somos sujeitos/as da linguagem e da cultura torna-se importante discutir como as campanhas pretendem atuar na constituição de sentidos para a juventude. Nesse sentido, torna-se importante descrever e explorar: o que é dito aos/às jovens por meio das falas e imagens veiculadas nos anúncios publicitários? O que eles/as precisam aprender e incorporar para melhor proteger-se do HPV e diabetes C? De que forma a juventude é posicionada nesse contexto significando-a?

Judith Butler (2010) nos encaminha a investigar a juventude e o gênero, não como categorias fundacionais, mas como efeitos de saber e poder das instituições, das políticas públicas, das práticas sociais e dos discursos, que justamente por serem múltiplos, difusos e por relacionarem-se à produção simbólica, embutida na linguagem. E nos leva a indagar: como falar de juventude e escapar de uma ordem binária do gênero, da sexualidade e da saúde? As campanhas poderiam sustentar suas ações a partir de pressupostos que colocam em xeque essas categorias, ou uma almejada homogeneidade para a juventude?

Nessa mesma direção, Dagmar Meyer (2008) indica o conceito de gênero como ferramenta importante, empregada no exame dos processos educativos e constitutivos das diversas instituições sociais e dos aparatos da cultura, como as famílias, os currículos escolares, as músicas, as mídias e as políticas públicas. As análises devem justamente suspeitar, estranhar e desnaturalizar a configuração das estratégias educativas, muitas vezes, “sutis e refinadas de naturalização” dos corpos, do gênero e da sexualidade, no qual os sujeitos aprendem a reconhecer-se, relacionar-se e experimentar-se como crianças, jovens, homens e mulheres de determinados tipos (MEYER, 2008, p. 17).

Desse modo, a educação, os currículos, as instituições, a saúde, o cuidado, as atividades, os espaços, entre outras dimensões, são genereficados. O gênero atua como uma norma que regula, governa e produz os corpos, os comportamentos e o próprio desejo enquanto masculinos e femininos (VASCONCELOS, CARDOSO e SILVA, 2018). Apoiadas em Judith Butler (2010) e Guacira Lopes Louro (2004), as autoras argumentam que, nestes contextos, a instituição da norma é usualmente entendida como heteronorma, pois atua e constitui a sequência *sexo, gênero, sexualidade*, engendrando os corpos, o gênero e a sexualidade. Fazemos isso ao nomear, descrever, elogiar, contar histórias, veicular imagens, ensinar sobre saúde, alicerçados em uma lógica que supõe que um determinado gênero deve corresponder a um corpo sexuado, da mesma forma o desejo e a sexualidade. Nesse regime de inteligibilidade, o corpo torna-se a-histórico, imutável e binário e servirá como referência segura e definitiva para abrigar o gênero e a sexualidade, ou seja, na condução dos processos educativos em torno da masculinidade, feminilidade e heterossexualidade.

Michel Foucault (2008) nos permite pensar que os corpos e a promoção da saúde entraram no foco da produção da vida, atravessados por estratégias de “[...] poder que regula[m] a vida social, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e a rearticulando”, em uma maximização de forças que só pode “[...] adquirir comando efetivo sobre a vida total da população quando se torna função integral, vital, que todos os indivíduos abraçam e reativam por sua própria vontade” (HARDT e NEGRI, 2004, p. 43). As biopolíticas se expressam e fazem circular uma multiplicidade de conhecimentos, táticas, prescrições, normas, por meio de campanhas, políticas de saúde, guias, manuais, etc., combinando estratégias de controle das condutas, articuladas às estratégias disciplinares e do governo de si.

Isso significa dizer que não é preciso a construção de muros, grades ou formas de confinamento como tecnologias de poder. Produz-se um campo de inteligibilidade móvel, aberto, elástico, produtivo onde a vida passa a ser forjada e governada, por meio de práticas de sujeição que atravessam os territórios geográficos, culturais e simbólicos, intervindo e penetrando os corpos e as subjetividades (VASCONCELOS e ZAGO, 2015).

Investir sobre a vida, administrar e valorizar os corpos, realizar a gestão calculada dos processos que a regulam está na ordem do biopoder e do desenvolvimento do capitalismo “[...] que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos da população aos

processos econômicos” (FOUCAULT, 1998, p. 132). Para Foucault (1998), os processos de gestão da vida, a exemplo das campanhas de vacinação, conformam-se em meio a procedimentos de saber e de poder em campos de controle, intervenção e sujeição, numa escala em que o “biológico reflete-se no político” e vice-versa. O autor nos diz que se pode designar como biopolítica aquilo “que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de [investimento e] transformação da vida humana” (FOUCAULT, 1998, p. 134). Nesse sentido, as leis, as campanhas e as políticas públicas de educação e(m) saúde funcionam enquanto a norma, ao mesmo tempo em que a institui, dotando os corpos, o gênero e a sexualidade de sentidos, investindo de forma concreta sobre a vida, produzindo efeitos.

A partir de tais premissas, passamos a examinar as imagens e as frases veiculadas nos anúncios publicitários já citados como constituidoras de juventudes contemporâneas. Para Foucault (1996, p. 109), o *visível* e o *dizível* tornam-se as duas dimensões que um enunciado carrega, a fim de entendermos “[...] a posição que pode ocupar o indivíduo para ser sujeito”. Vale destacar que a materialidade dá visibilidade e potencialidade ao enunciado, o que pode explicar a amplitude de materiais que constituem as campanhas em análise, tais como: vídeos, cartazes, *banners*, panfletos, etc. Segundo Foucault, o enunciado atribui sentido, valor de verdade “precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data” que se tornam visíveis em um conjunto de materialidades, como as que aqui analisamos (FOUCAULT, 2000, p. 116). Vale ainda enfatizar que os enunciados estão inscritos em regimes de verdade, em relações de saber-poder. Logo, os discursos aos quais eles podem estar relacionados “instauram verdades, produzem sentidos e formam sujeitos” (ANDRADE, 2008, p. 53).

Maria Simone Schwengber (2014, p. 265) toma as imagens enquanto textos que podem ser lidos e analisados, pois eles “formam e informam” e, em combinação com o texto escrito, atuam enquanto escolhas interessadas. São registros, sons, enquadramentos, luzes, movimentos, formas, linguagens conectadas a um contexto comunicativo mais amplo que podem se tornar fundamentais para a compreensão da experiência humana contemporânea.

Desse modo, analisamos as campanhas relação à juventude e às formas de viver a saúde, sendo essa dimensão atravessada pelo gênero e a sexualidade. Assim como as campanhas atuam para educar e modificar os/as jovens em relação às atitudes e aos comportamentos voltados a saúde, nós, por meio desse exercício analítico, também pretendemos dizer que os conhecimentos, as campanhas governamentais e as políticas públicas podem suscitar dimensões de luta política, reconhecimento, igualdade e resistência. Retornando às questões que já esboçamos no início deste texto, localizamos algumas dessas cenas, a fim de olhá-las como um produto que compõe uma rede de saber-poder mais ampla.

1ª e 2ª doses em 2017 [L21](#) -HPV e Meningite C: conheça os grandes vilões

A Campanha Contra Meningite C e HPV, referente à primeira dose, foi apresentada em março de 2017, visando a vacinação dos/as jovens como uma forma de combate “aos vilões” que podem pôr em risco a saúde. Vejamos o que é dito na propaganda:

A vida é muito parecida com o jogo. Nos dois mundos existem fases fáceis e difíceis. Agora chegou a fase de proteger tomando a vacina. Você está preparado? A vacinação na fase da adolescência previne doenças e garante que você fique cada vez mais forte. E, assim como nos jogos, a vida é cheia de desafios. Por isso, agora as vacinas que protegem contra a Meningite C e o HPV já estão disponíveis para adolescentes de 12 e de 13 anos de idade, gratuitamente nas unidades de saúde. As meninas de 9 a 14 anos também devem ser vacinadas contra o HPV. Lembre-se de tomar a segunda dose após 6 meses. Não pule essa fase por nada. Procure uma unidade de saúde e vacine-se! Não se esqueça de levar a caderneta de vacinação. Vacinação. É nessa fase que você fica mais forte. Ministério da Saúde. Governo Federal.

Figura 1: Imagem da campanha de vacinação do HPV e Meningite C - 2017

Na imagem que se articula ao texto escrito, os/as jovens são posicionados como audazes, ativos/as e combativos/as, capazes de jogar (e se jogar) a fim de vencer os obstáculos/vírus (representados como vilões de um jogo virtual). Os enunciados buscam aproximar aspectos da vida “real” ao jogo virtual, fazendo-os/as entrar em dimensões que misturam “realidade” e “ficção”, podendo-se, nesse jogo de sentidos e de significação, assim como na vida “real”, lutar e combater, ganhar ou perder, viver fases fáceis e/ou difíceis, ser fraco ou forte, escolher entre o bem e o mal, prevenir-se ou adoecer. Em meio a construção de binarismos, há obstáculos que devem ser vencidos de forma imperativa, expressos por meio de frases com os seguintes desafios: “Você está preparado? Lembre-se de tomar a segunda dose após 6 meses. Não pule essa fase por nada. Procure uma unidade de saúde e vacine-se! Não se esqueça de levar a caderneta de vacinação.”

O corpo biopolítico jovem representado nessa campanha pode ser pensado como um corpo-modelo (ZAGO, 2013), que apresenta uma homogeneidade ao visibilizar e caracterizar uma menina e um menino em uma espécie de *game*; estão no centro da cena, de braços abertos, pulando obstáculos, divertindo-se, evidenciando saúde e vitalidade. Os corpos-modelos são exibidos aqui para torná-los cidadãos e ao incorporar uma subjetividade cidadã, enfrentar e combater os vírus do HPV e da Meningite C. Os corpos-modelos trabalham na tentativa de visibilizar os corpos que importam, marcados pela energia, eficiência e saúde. Tais traços colocam-se como definidores de uma juventude sadia e excluem outros corpos, ou seja, os que não cabem nessa caracterização, os desregrados, os que vacilam, os que se tornam “os anticorpos, os corpos imperfeitos, que escapam as regulações que conformam a carne –constituindo, assim, um regime de invisibilidade como seu próprio avesso” (VASCONCELOS e ZAGO, 2015, p. 224).

De um lado estão os corpos que se ajustam, empreendem e aderem e, de outro, aqueles que resistem e escapam, como numa espécie de jogo onde pode-se apenas ganhar ou perder, ser saudável ou doente. Em nome de uma vida e de uma juventude saudável investe-se, fabrica-se, visibiliza-se, persegue-se, (des)valoriza-se os corpos jovens, trabalhando para forjar uma norma para educar e ter saúde, e que também pressupõe uma norma de gênero e de sexualidade que atua para conduzir, avaliar e regular quem embarca ou não, nessa espécie de jogo/aventura. Nesse contexto, as imagens

e os textos escritos atuam como elementos do governo das condutas, da organização da vida social, dotando-a de sentidos para uma juventude saudável, na qual os corpos que escapam aos imperativos das campanhas de saúde e da vacinação deverão ocupar um lugar à margem, no desvio, traduzindo-se como corpo-margem ou corpo-desvio.

Para Vasconcelos (2015), os processos de ensino e aprendizagem se tecem em meio às políticas sociais, atuam enquanto biopedagogias, organizando os corpos, constituindo os sujeitos usuários e profissionais, dando a cada um/a, uma face e um lugar de atuação e responsabilização. De acordo com a autora (2015, p. 373) cabe dizer:

As políticas sociais, em particular as de saúde, parecem, assim, constituírem-se como 'um território de ensino', tomando-se o ensinar como um processo que diz respeito à transmissão de informação, oferta, explicação, exposição, apresentação de conteúdos, conhecimentos, saberes e fazeres, conceitos, habilidades, competências, culturas, valores, modos de ser e de viver, condutas.

Ou seja, por meio das campanhas e de seus desdobramentos investe-se em corpos-modelos jovens, cidadãos e cidadãs contemporâneas, que necessitam ser assistidos/as, regrados/as e submetidos a uma determinada dinâmica social. As campanhas operam assim enquanto "território político, ético e estético" (PARAÍSO, 2018, p. 47), funcionando de forma generificada ao educar para vacinação, promover saúde, tutelar, inscrevendo nos sujeitos e em seus corpos formas de ser e habitar o mundo, generificadas e sexualizadas.

A nova temporada de vacinação: a campanha de 2018

Já a campanha de 2018 foi lançada em março do presente ano e tem como marco diferencial a associação da linguagem de séries de televisão, conhecidas do público infanto-juvenil contemporâneo, às ações dos personagens ao longo do comercial, no intuito "de aproximar a vacina de adolescentes", como o próprio MS destaca, em evento de divulgação da referida campanha.^[8]

Figura 2: Imagem da campanha de vacinação do HPV e Meningite C - 2018

Dessa forma, busca-se fazer com que o/a jovem se (re)conheça em marcos importantes da cultura dos anos 1980, a exemplo do modelo das bicicletas utilizadas pelos protagonistas e dos jogos de fliperama que constituem a cena, itens os quais poderiam ser relacionados à série norte-americana *Strangers Things*.^[9] Na sequência das imagens, os protagonistas aparecem caminhando em avenidas tomadas por lixo, pneus incendiados, carros danificados e destroços de uma grande catástrofe, a exemplo de cenas da também série norte-americana *The Walking Dead*.^[10] Torna-se interessante enfatizar que a dimensão cultural é apresentada por Dayrell (2007) como um espaço de constituição das identidades juvenis, através das práticas, dos símbolos e dos rituais compartilhados entre os pares e muitas vezes, visibilizados nos próprios corpos dos/as jovens, a exemplo das tatuagens e piercings que os mesmos ostentam. A partir dessa premissa, pode-se apreender que as próprias culturas e artefatos, a exemplo das séries de TV, funcionam como esferas de identificação dos/as jovens com determinadas marcas e símbolos da cultura.

Vale destacar que a mídia, em seus distintos canais de comunicação, a exemplo do rádio, da televisão e da internet, coloca em circulação uma gama de discursos e significados, tornando-se "[...]cada vez mais essenciais em nossas experiências contemporâneas, e assumem características de produção, veiculação, consumo e usos específicos em cada lugar do mundo" (FISCHER, 2007, p. 293). Logo, é possível pensar que a mídia provoca e exacerba a visibilidade de estilos, gostos, preferências, paixões e, também, de histórias de vida, ações essas que contribuem para a constituição e a assimilação de discursos diversos pela sociedade.

A própria narrativa da campanha de 2018, incorpora símbolos referentes às séries de televisão, como pode-se verificar no destaque abaixo. Tanto o HPV como a Meningite C são descritos agora de forma renovada, como "vilões de verdade" passando a constituir um risco "real" a saúde das infâncias e das juventudes contemporâneas.

Chame os amigos e prepare-se, porque a nova temporada de vacinação já começou! Mas diferente das séries de TV, aqui os vilões que colocam sua vida em risco são de verdade. E a melhor forma de se proteger é tomando a vacina contra o HPV e a meningite C. Meninos de 11 a 14 anos e meninas de 9 a 14 anos já podem tomar a vacina contra o HPV. E adolescentes de 11 a 14 anos já podem tomar a vacina contra a meningite C. Procure uma unidade de saúde, leve a sua caderneta de vacinação e vacine-se gratuitamente. E após 6 meses, não se esqueça de tomar a segunda dose contra o HPV. Só assim você estará completamente protegido para maratonar em várias outras aventuras. Não perca a nova temporada de vacinação. Disponível na unidade de saúde mais perto de você. Ministério da Saúde. Governo Federal.^[11]

Pode-se perceber, na análise das campanhas, novamente o estabelecimento de binarismos, ao aproximar sentidos em torno da doença e da maldade, assim comoda saúde com a bondade. Da mesma forma que os/as personagens das séries apreciadas pelos/as jovens - e relacionadas a campanha - aqueles/as que estão do lado do "bem" necessitam afastar-se do "lado mal", ou seja, das doenças, das pragas, das pestes. Por conseguinte, pode-se deferir que os/as jovens que adoecem e/ou contaminam-se com uma das doenças são aqueles que não estiveram do lado dos "bons e corretos". Ou ainda, são aqueles/as que não "cuidaram de si" corretamente. Logo, aliado à gestão e ao controle dos riscos, a campanha também visibiliza as práticas de autogestão e cuidado de si como naturais e esperadas, não apenas dos/as familiares e/ou responsáveis, mas também das crianças e jovens contemporâneos. Sobre essa discussão, Foucault (2009, p. 50) enfatiza:

Por essa expressão é preciso entender que o princípio do cuidado de si adquiriu um alcance bastante geral: o preceito segundo o qual convém ocupar-se consigo mesmo é em todo caso um imperativo que circula entre numerosas doutrinas diferentes; ele também tomou a forma de uma atitude, de uma maneira de se comportar, impregnou formas de viver; desenvolver-se em procedimentos, em práticas e em receitas que eram refletidas, desenvolvidas, aperfeiçoadas e ensinadas; ele constituiu assim uma prática social [...]

No entanto, tal dimensão é extremamente problemática, uma vez que a discursividade proposta nas campanhas pretende incumbir e posicionar os/as jovens como protagonistas e responsáveis em procurar as UBS, de posse da caderneta de vacinação, para que recebam as vacinas em questão: “Chame os amigos e prepare-se, porque a nova temporada de vacinação já começou!”. Nessa linha, podemos dizer que as campanhas governamentais fazem parte de processos educativos mais amplos, que organizam-se ao longo da vida, a fim de educar as crianças e os/as jovens, a partir de padrões adultocêntricos de juventude, a fim de cumprir o que as campanhas veiculam; investindo em cuidados de saúde, escolarizando-se, vencendo o mal, superando-se, fazendo escolhas e preparando-se para o futuro. Nessa direção, Meyer e Félix (2014), ao analisarem os projetos de vida de jovens soropositivos, trazem uma contribuição importante para pensarmos nos processos de educação e(m) saúde:

Ao individualizar a responsabilidade pelas escolhas em relação à própria vida, colocamos em nível horizontal as possibilidades, como se elas fossem as mesmas para todas as pessoas e como se todos os indivíduos tivessem as mesmas chances para escolher — o que não ocorre. Em outras palavras, os/as jovens têm oportunidades diferenciadas de acesso à educação e à formação profissional, ingresso no mercado de trabalho, [...] além disso, vivenciam de modos distintos a sexualidade, a soropositividade, etc.

Porém, novídeo que trata sobre o lançamento da campanha de vacinação contra o HPV e a Meningite C - 2018, [12] o ministro da saúde, Ricardo Barros, refere-se aos números baixos da cobertura vacinal, devendo-se assim o empenho em fortalecer as ações de saúde, por meio do PSE. Em sua fala, o ministro evidencia que os pais e responsáveis devem ficar atentos a cobertura vacinal, e agora também as diretoras das escolas. São elas que devem procurar as UBS mais próximas à escola, a fim de programar e efetivar o calendário de vacinação. Nessa relação, de subjetivação e governamento das condutas, amplia-se e responsabiliza-se, mesmo que simbolicamente, os/as jovens a aderir às campanhas, mas efetivamente, as profissionais da educação, em tutelá-los/as, cabendo ao Ministério da Educação a atribuição de enviar a programação de cada escola ao MS, indicando quando e como pretendem realizar a vacinação.

Isso nos leva a refletir sobre o direcionamento das campanhas de vacinação voltadas aos jovens, uma vez que se o direcionamento são eles/as por meio da escola, do PSE e de um ideário governamental, como ficam os/as jovens que não frequentam a escola? E aqueles/as que não compartilham ou não tem acesso à cultura dos *games* e das séries de televisão? E ainda, daqueles/as que não se reconhecem a partir de binarismos acerca do cuidado, do gênero e da sexualidade ali veiculados? Estas são algumas indagações/dimensões importantes para quem se propõe a educar e que atravessam grande parte das campanhas e políticas públicas de educação e(m) saúde da atualidade.

Algumas considerações finais

No que se refere às disputas em torno da formação das redes de poder e verdade, há grupos que aderem, mas também há aqueles que resistem às práticas de educação e(m) saúde, entre elas à vacinação. Na matéria recentemente publicada no jornal O Estado de S. Paulo (CAMBRICOLI e PALHARES, 2017), discute-se a preocupação do MS em relação a existência de grupos contrários à vacinação que, sobretudo, por meio das redes sociais, vêm disseminando conteúdos contrários a vacinação, considerando-a uma prática desnecessária. Dentre os depoimentos que justificam esta contrariedade em relação às vacinas, está um grupo de mulheres-mães que preferem o anonimato, em razão da responsabilização civil e penal, alegando “medo de possíveis reações da sociedade civil”, uma vez que o ECA estabelece a obrigatoriedade da vacinação em crianças e jovens.

Com isso, podemos pensar que as ações e campanhas realizadas a partir de programas como o PSE são de extrema importância, mas não poderiam restringir a vulnerabilidade dos/as jovens apenas a partir de comportamentos individualizantes, esquecendo que as relações humanas são afetadas e estabelecidas de forma mais ampla, em meio a cultura que nos constitui. As ações desenvolvidas na esfera do PSE mostram-se ainda bastante centradas nos processos da prevenção e do manejo dos comportamentos de risco, incorporando modelos educativos, ancorados fundamentalmente, a partir de paradigmas medicalizantes, uma vez que pressupõe assimetrias de poder entre seus/suas atores e a reprodução de informações, em consonância com os modelos propostos no âmbito dos sistemas de saúde.

Se os *games* e as redes sociais são aliados importantes para interpelar os/as jovens e divulgar as campanhas informativas, referentes a necessidade da vacinação, poucos são os estudos que mostram essa vinculação, isto é, em torno das linguagens utilizadas pelos/as jovens e a efetivação de ações em torno da saúde pública, da promoção da saúde dos/as jovens do PSE e da comunidade escolar (GIACOMOZZI et al., 2012).

Ao analisarem os documentos normativos do PSE, Catharina Silveira, Dagmar Meyer e Jeane Félix da Silva (2018) evidenciam os usos de expressões como “somar esforços”, “unir-se” e “articular-se”, a fim de conectar a intersetorialidade ao enunciado “trabalho a mais”, sobretudo, ao propor modos de fazer que responsabilizam os/as profissionais da educação e saúde pelo cumprimento e pela efetividade do Programa. Aqui o conceito de gênero não opera no sentido de descrever as dinâmicas sociais que estão postas e/ou reforçar naturalizações vigentes em torno do masculino e do feminino, mas sim para discutir de que forma o gênero passa a organizar a constituição do PSE e, ao fazê-lo, “produz um processo de generificação que resulta em feminização dos arranjos institucionais e dos processos de trabalho demandados pela intersetorialidade” (SILVEIRA, MEYER e SILVA, 2018, p. 4). Isso diz respeito aos atravessamentos de gênero, não restritos apenas à constituição dos sujeitos, mas na instituição dos documentos, das políticas e campanhas de saúde, ao tomar como da esfera do feminino, determinados raciocínios vinculados a educação e(m) saúde. Nesse sentido, é a instituição escolar, os/as professores/as e os/as profissionais da saúde que devem assumir, responsabilizar-se e vincular a vacinação dos jovens ao seu exercício profissional.

Como já indicamos, o nosso objetivo não reside em avaliarmos a eficácia das campanhas de vacinação, incluídas nas ações do PSE. Tampouco negar o seu impacto em relação a mortalidade infantil, a redução de doenças crônicas e sexualmente transmissíveis. A nossa intenção refere-se a discussão sobre o que as políticas públicas de educação e(m) saúde produzem ao instituir formas lineares e binárias de interpretar o mundo e de posicionar/governar os sujeitos

contemporâneos (jovens, profissionais, responsáveis) normalizando determinados comportamentos e práticas como mais saudáveis. Então, argumentamos que não basta colocar os/as jovens como protagonistas em “combates” e em cenários de luta, tal como nos *games* e nas séries de televisão, mas que torna-se importante discutirmos, fundamentalmente, a constituição da vida “real” e de suas relações, levando em conta as tensões, resistências e multiplicidades daquilo que tem escapado das ações de educação e(m) saúde.

Referências:

ANDRADE, Sandra dos Santos. **Juventudes e processos de escolarização**: uma abordagem cultural. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

BRASIL. Decreto n. 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 6 dez. 2007.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente** (1990). Estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BRASIL. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: Secretaria-geral da Presidência da República, 2006. 48p.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAMBRICOLI, Fabiana; PALHARES, Isabela. Grupos contrários à vacinação avançam no País e preocupam Ministério da Saúde. **O Estado de S. Paulo**, 21 mai. 2017. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral/grupos-contrarios-a-vacinacao-avancam-no-pais-e-preocupam-ministerio-da-saude,70001800099>. Acesso em: 5 mar. 2019.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./out./nov./dez. 2003.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

DAYRELL, Juarez; CARVALHO, Levindo; GEBER, Saulo. Os jovens educadores em um contexto de educação integral. In: MOLL, Jaqueline. **Caminhos da educação integral no Brasil** – direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012. p.157-171.

GIACOMOZZI, Andreia Isabel et al. Levantamento sobre uso de álcool e outras drogas e vulnerabilidades relacionadas de estudantes de escolas públicas participantes do programa saúde do escolar/saúde e prevenção nas escolas no município de Florianópolis. **Saúde soc.**, v. 21, n. 3, p. 612-622, 2012.

GONÇALVES, Marcos Augusto. Átomos e Bits. **Folha de São Paulo**, 21 mai. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/21/brasil/37.html>. Acesso em: 5 mar. 2019.

KLEIN, Carin. **Biopolíticas de inclusão social e produção de maternidades e paternidades para uma “infância melhor”**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 197-223, nov. 2001.

FISCHER, Rosa Bueno. Mídia, máquinas de imagens e práticas pedagógicas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 35, p. 290 -299, maio/ago. 2007.

FOUCAULT, Michael. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

FOUCAULT, Michael. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FOUCAULT, Michael. **História da sexualidade III**: O cuidado de si. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

FOUCAULT, Michael. **O nascimento da biopolítica**: curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. **Império**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Rio de Janeiro: Autêntica, 2004.

MEYER, Dagmar Estermann. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: Perspectiva metodológica. In: MEYER, Dagmar Estermann Meyer; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014, p. 47-61.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes Louro; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 9-27.

MEYER, Dagmar; FÉLIX, Jeane. “Entre o ser e o queres ser...” jovens soropositivos/as projetos de vida e educação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 30, n.2, p. 181-206, abr./jun. 2014.

PARAÍSO, Marlucy. Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: intervenção política com gênero e sexualidade em tempos de slogam ‘ideologia de gênero’. In: PARAÍSO, Marlucy; CALDEIRA, Maria Carolina. **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades**. (Org.). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018, p. 23-52.

SCHWENGBER, Maria Simone. **Donas de Si?** A educação de corpos grávidos no contexto da Pais & Filhos. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SCHWENGBER, Maria Simone. O uso das imagens como recurso metodológico. In: MEYER, Dagmar Estermann Meyer; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014, p. 261-278.

SILVEIRA, Catharina; MEYER, Dagmar Estermann; SILVA, Jeane Félix da. A generificação da intersectorialidade no Programa Saúde na Escola, 2018 No prelo.

VASCONCELOS, Michele de Freitas. Cuidado com corpos: um olhar (de gênero) para políticas de saúde. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 371-388, 2015.

VASCONCELOS, Michele de Freitas; CARDOSO, Livia de Rezende; SILVA, Jeane Félix da. Por uma educação obscena a desfocar nossos corpos de Hipo mulheres. **Educ. Rev.**, Belo Horizonte, v. 34, p. 1-20, 2018.

VASCONCELOS, Michele de Freitas; ZAGO, Luiz Felipe. Mercado da/de carnes: corpos imprevistos na Biopolítica. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 7, n. 3, p. 219-227, 2015.

ZAGO, Luiz Felipe. **Os meninos**: corpo, gênero e sexualidade em e através de um site de relacionamentos na internet. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

[1] Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/campanhas/vacinacao/divulgacao.html>. Acesso em 5 mar. 2019.

[2] Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/campanhas/42745-campanha-vacinacao-contra-meningite-e-o-hpv-2018>. Acesso em 5 mar. 2019.

[3] Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/campanhas>. Acesso em 5 mar. 2019.

[4] Gonçalves (1995) nomeia o mundo dos *bits* como o da transmissão de sinais à velocidade da luz através de fibra ótica ou satélites. Nesse contexto, os/as jovens estariam imersos em canais e em redes de *games*.

[5] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0_io6bC_GME. Acesso em 5 mar. 2019.

[6] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7WluFUXK27k>. Acesso em: 5 mar. 2019.

[7] Pode-se acessar o cartaz, o filme de 30", o filme de 60" e o spot da *Campanha Contra Meningite C e HPV*, de 2017, em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/campanhas/vacinacao/divulgacao.html>. Acesso em: 9 mar. 2019.

[8] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1eU9RyIXSTY&t=12s>. Acesso em 02 mar. 2019.

[9] Ver: <http://www.adorocinema.com/series/serie-19156/>. Acesso em 5 mar. 2019.

[10] Ver <https://www.amc.com/shows/the-walking-dead/season-9>. Acesso em 6 mar. 2019.

[11] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1eU9RyIXSTY&t=12s>. Acesso em 02 mar. 2019.

[12] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1eU9RyIXSTY&t=270s>. Acesso em 02 mar. 2019.